



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA
DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA E NOVOS
NEGÓCIOS

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 01/2024

ACORDO DE COOPERAÇÃO QUE CELEBRAM ENTRE SI A AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA (AEB) E O COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER), REPRESENTADO PELO ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA (EMAER), DEFININDO ATRIBUIÇÕES E PROCESSOS DE TRABALHO, NAS FASES DE IMPLANTAÇÃO E OPERAÇÃO DOS CENTROS DE LANÇAMENTO DO COMAER PARA ATENDER OPERADORES ESPACIAIS PRIVADOS, COM FINS COMERCIAIS, A PARTIR DO TERRITÓRIO NACIONAL

A União, por intermédio da **AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA**, autarquia vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, doravante denominada **AEB**, com sede no Setor Policial, Área 5, quadra 3, Bloco A, em Brasília-DF, CEP 70610-200, inscrita no CNPJ sob o nº 86.900.545/0001-70, neste ato representada pelo seu Presidente, MARCO ANTÔNIO CHAMON, nomeado por meio do Decreto de 29 junho de 2023, conforme publicação no Diário Oficial da União, Nº 123, de 30 de junho de 2023; e o **Comando da Aeronáutica**, doravante nominado como **COMAER**, representado pelo **Estado-Maior da Aeronáutica**, doravante nominado como **EMAER**, localizado na Esplanada dos Ministérios – Bloco M – 2º, 4º, 5º e 6º andares – CEP: 70.045-900 – Brasília – DF, CNPJ nº 00.394.429/0054-12, **neste ato**, por intermédio do seu Chefe, o senhor Tenente-Brigadeiro do Ar SERGIO ROBERTO DE ALMEIDA, em consonância com a Portaria de delegação de competência nº 1643/GC4, de 9 dezembro de 2024, com execução no âmbito do Comando da Aeronáutica pela **Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais (CCISE)**, com sede na Esplanada dos Ministérios – Bloco M – Anexo, 3º andar – CEP: 70.045-900 – Brasília – DF.

CONSIDERANDO QUE:

- a Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994, atribui à AEB a competência para analisar propostas e firmar acordos objetivando a cooperação no campo das atividades espaciais;
- a Lei nº 8.854, de 10 de fevereiro de 1994, prevê que a AEB, na execução de suas atividades, pode atuar direta ou indiretamente mediante contratos, convênios e ajustes no País e no exterior;
- a Lei Complementar nº 97/99 atribui ao Comando da Aeronáutica – COMAER -a competência para estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infraestrutura aeroespacial;

Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2024

- a Diretriz Ministerial nº 14/2009, de 09 de novembro de 2009, do Ministério da Defesa, atribuiu ao COMAER a responsabilidade pelas ações relacionadas ao setor espacial; e
- o Decreto Legislativo nº 64/2019, de 19/11/2019, publicado no Diário Oficial da União nº 224, de 20/11/2019, aprovou o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América sobre Salvaguardas Tecnológicas Relacionadas à Participação dos Estados Unidos da América em Lançamentos a partir do Centro Espacial de Alcântara, assinado em Washington, em 18 de março de 2019, viabilizando a utilização de infraestruturas e da prestação de serviços afetos a lançamentos, mediante contrapartidas financeiras e não financeiras de empresas espaciais de quaisquer países que possuam componentes americanos;

RESOLVEM celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, tendo em vista o que consta do Processo SEI AEB N°01350.001376/2023-29 e em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 2021, do Decreto nº 11.531 de 2023, e suas alterações, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CONVENÇÕES:

Ficam adotadas as seguintes convenções para os termos ou expressões utilizadas no corpo deste documento, podendo ser flexionadas em gênero e/ou número, conforme o contexto:

AEB: Agência Espacial Brasileira - autarquia vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). É a instituição responsável por formular, coordenar e executar a Política Espacial Brasileira.

ATIVIDADE ESPACIAL CIVIL: aquela que não é conduzida para fins de segurança ou de defesa nacional, nos termos da Constituição Federal e da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

CCISE: Comissão de Coordenação e Implantação de Sistemas Espaciais – comissão localizada em Brasília, subordinada ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

CENIPA: Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos. Organização do Comando da Aeronáutica que tem por finalidade planejar, gerenciar, controlar e executar as atividades relacionadas com a prevenção e investigação de acidentes aeronáuticos.

CENTRO DE LANÇAMENTO: Infraestruturas e instalações necessárias para as operações de pré-lançamento e lançamento de sistemas orbitais e para operações em voo durante a fase de lançamento por meio de um sistema lançador.

CHAMADA PÚBLICA: oferta pública de bens e serviços para lançamentos por operadores privados, com fins comerciais, a partir do território nacional, com a divulgação de regras a

Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2024

CENTRO DE LANÇAMENTO: Infraestruturas e instalações necessárias para as operações de pré-lançamento e lançamento de sistemas orbitais e para operações em voo durante a fase de lançamento por meio de um sistema lançador.

CHAMADA PÚBLICA: oferta pública de bens e serviços para lançamentos por operadores privados, com fins comerciais, a partir do território nacional, com a divulgação de regras a serem utilizadas na apresentação de propostas por operadores de veículos lançadores de satélites interessados.

CLA: Centro de Lançamento de Alcântara - organização militar do Comando da Aeronáutica cujos Bens e Serviços podem ser disponibilizados para lançamentos por operadores privados a partir do território nacional.

CLBI: Centro de Lançamento da Barreira do Inferno - organização militar do Comando da Aeronáutica cujos Bens e Serviços podem ser disponibilizados para lançamentos por operadores privados a partir do território nacional.

COMAE: Comando de Operações Aeroespaciais - órgão de direção setorial do COMAER.

COPE: Centro de Operações Espaciais - setor do COMAE, responsável pelo controle e emprego de sistemas orbitais.

DCTA: Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial - órgão de direção setorial do COMAER.

EMAER: Estado-Maior da Aeronáutica.

FASE DE IMPLANTAÇÃO: período em que se pretende adquirir e/ou aperfeiçoar a capacidade de realizar lançamentos orbitais e suborbitais de veículos espaciais, com fins comerciais, a partir do território nacional. Pode incluir o intercâmbio de experiências, informações e tecnologias, a capacitação, o aperfeiçoamento e a especialização técnica de recursos humanos, o desenvolvimento institucional, a modernização de infraestruturas e/ou quaisquer outras atividades relacionadas ao lançamento.

FASE DE OPERAÇÃO: período em que se pretende realizar lançamentos orbitais e suborbitais de veículos espaciais, com fins comerciais, a partir do território nacional, após finalizada a FASE DE IMPLANTAÇÃO.

IAE: Instituto de Aeronáutica e Espaço - organização militar do COMAER subordinada ao DCTA.

IFI: Instituto de Fomento e Coordenação Industrial - organização militar do COMAER subordinada ao DCTA.

SEFA: Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica.

OPERADOR ESPACIAL PRIVADO, COM FINS COMERCIAIS: entidade privada com representação jurídica no Brasil que executa atividade espacial civil com fins comerciais, ou seja, com a

Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2024

prestação de serviços que não sejam para atendimento exclusivo de entidade governamental brasileira.

CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO

O presente ACORDO tem por objeto instituir a cooperação entre o EMAER e a AEB, definindo atribuições e processos de trabalho na FASE DE IMPLANTAÇÃO e na FASE DE OPERAÇÃO para lançamentos por operadores privados, com fins comerciais, a partir do território nacional.

CLÁUSULA 2ª - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICÍPES

Os PARTICÍPES obrigam-se a cumprir o disposto nas Subcláusulas a seguir:

2.1 - Constituem obrigações da AEB:

- 2.1.1 - Realizar divulgação de CHAMADA PÚBLICA para utilização dos centros de lançamento do COMAER, visando a captar interessados em operar lançamentos espaciais, com fins comerciais, a partir do território nacional.
- 2.1.2 - Receber organizações que tenham interesse em realizar lançamentos, com fins comerciais, a partir do território nacional e realizar as tratativas iniciais para o licenciamento.
- 2.1.3 - Realizar o processo de licenciamento.
- 2.1.4 - Emitir licença de operador espacial privado.
- 2.1.5 - Emitir a autorização de lançamento ou o reconhecimento de autorização emitida por outro país.
- 2.1.6 - Assessorar o EMAER no processo de negociação e contratação com interessados em utilizar os centros de lançamento do COMAER com fins comerciais.
- 2.1.7 - Colaborar com as atividades de investigação de ocorrências espaciais envolvendo operadores espaciais privados nos centros de lançamento do COMAER.
- 2.1.8 - Elaborar e atualizar as normas relativas à operação, à segurança e ao seguro das atividades espaciais de operadores espaciais privados nos centros de lançamento do COMAER.
- 2.1.9 - Exigir de todos os operadores espaciais privados as informações necessárias para o atendimento dos itens 2.1.3, 2.1.4 e 2.1.5 deste Acordo de Cooperação Técnica.



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA
DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA E NOVOS NEGÓCIOS

Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2024

2.1.10 - Participar de inspeções das atividades espaciais nos centros de lançamento do COMAER, relativas, somente, às atividades de operadores espaciais privados.

2.2 - Constituem obrigações do EMAER:

2.2.1 - Elaborar e realizar, por meio do DCTA e em coordenação com a AEB, CHAMADA PÚBLICA para utilização dos centros de lançamento do COMAER, para fins comerciais.

2.2.2 - Definir, por meio do DCTA, a disponibilidade de utilização dos centros de lançamento do COMAER para fins comerciais.

2.2.3 - Participar, por meio do DCTA, da elaboração e atualização de normas de segurança e inspeção das atividades espaciais nos centros de lançamento do COMAER para operadores espaciais civis.

2.2.4 - Coordenar, por meio do DCTA, o processo de avaliação das propostas apresentadas na CHAMADA PÚBLICA, com vistas ao início de negociação contratual.

2.2.5 - Definir, dentre o(s) operador(es) espaciais privados licenciados, os que irão iniciar a fase de negociação contratual com fins comerciais, com base no processo de avaliação das propostas apresentadas na CHAMADA PÚBLICA.

2.2.6 - Coordenar, por meio do DCTA, a negociação contratual para a utilização dos centros de lançamento do COMAER por operadores espaciais privados, com fins comerciais.

2.2.7 - Assinar, por meio do DCTA, o contrato de utilização dos centros de lançamento do COMAER por operadores espaciais privados, com fins comerciais.

2.2.8 - Atuar, por meio do DCTA e do CENIPA, na investigação de ocorrências espaciais em atividades de operadores espaciais privados nos centros de lançamento do COMAER.

2.2.9 - Compartilhar de forma tempestiva com a AEB as análises de: segurança de solo, de segurança de voo e de conjunção orbital, relativas às atividades de operadores espaciais privados, com a finalidade de compor o processo de autorização de lançamento realizado pela AEB.

2.2.10 - Permitir, mediante coordenação prévia, o acesso de representantes da AEB às instalações dos Centros de Lançamento para inspeção das atividades espaciais de operadores espaciais privados durante a FASE DE IMPLANTAÇÃO e a FASE DE OPERAÇÃO.

2.2.11 - Permitir o acesso de representantes da AEB às informações necessárias para as inspeções das atividades espaciais nos centros de lançamento do COMAER, relativas, somente, às atividades de operadores espaciais privados, incluindo, mas não limitado ao:

Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2024

cronograma das atividades de integração, Registros de dados, Sistema de Controle Operacional e Disparo - SCOD e interfonia operacional.

CLÁUSULA 3ª - DAS OBRIGAÇÕES COMUNS

3.1 - Constituem obrigações comuns de ambos os partícipes:

- 3.1.1 - elaborar o Plano de Trabalho relativo aos objetivos deste Acordo;
- 3.1.2 - executar as ações objeto deste Acordo, assim como monitorar os resultados;
- 3.1.3 - designar, no prazo de 30 dias, contados da publicação do presente instrumento, representantes institucionais incumbidos de coordenar a execução deste Acordo;
- 3.1.4 - responsabilizar-se por quaisquer danos porventura causados, dolosa ou culposamente, por seus colaboradores, servidores ou prepostos, ao patrimônio da outra parte, quando da execução deste Acordo;
- 3.1.5 - analisar resultados parciais, reformulando metas quando necessário ao atingimento do resultado final;
- 3.1.6 - cumprir as atribuições próprias conforme definido no instrumento;
- 3.1.7 - realizar vistorias em conjunto, quando necessário;
- 3.1.8 - disponibilizar recursos humanos, tecnológicos e materiais para executar as ações, mediante custeio próprio;
- 3.1.9 - permitir o livre acesso a agentes da administração pública (controle interno e externo), a todos os documentos relacionados ao acordo, assim como aos elementos de sua execução;
- 3.1.10 - disponibilizar entre os partícipes as informações necessárias e disponíveis para o cumprimento das obrigações acordadas;
- 3.1.11 - manter sigilo das informações sensíveis (conforme classificação da Lei nº 12.527/2011- Lei de Acesso à Informação - LAI) obtidas em razão da execução do acordo, somente divulgando-as se houver expressa autorização dos partícipes;
- 3.1.12 - Observar os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste acordo; e



Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2024

3.1.13 - obedecer às restrições legais relativas à propriedade intelectual, quando for o caso.

3.1.14 - Promover, entre AEB, centros de Lançamento e COPE, a troca de informações técnicas necessárias para a realização de análises de segurança de solo, de segurança de voo e de conjunção orbital e para a avaliação dos resultados das atividades espaciais de operadores espaciais privados nos centros de lançamento do COMAER.

3.2 - As partes concordam em oferecer, em regime de colaboração mútua, todas as facilidades para a execução do presente instrumento, de modo a, no limite de suas possibilidades, não faltarem recursos humanos, materiais e instalações, conforme as exigências do Plano de Trabalho.

CLÁUSULA 4ª - DOS RECURSOS FINANCEIROS E PATRIMONIAIS

Não haverá transferência voluntária de recursos financeiros ou doação de bens entre os partícipes para a execução do presente Acordo de Cooperação Técnica. As despesas necessárias à plena consecução do objeto acordado, tais como: pessoal, deslocamentos, comunicação entre os órgãos e outras que se fizerem necessárias, correrão por conta das dotações específicas constantes nos orçamentos dos partícipes.

4.1 - Caso seja identificada, posteriormente, necessidade de transferência de recursos entre os PARTÍCIPIES, no âmbito do presente ACORDO, após pronunciamento formal da SEFA acerca da conformidade do instrumento sob os aspectos técnico, orçamentário e econômico, deverá ser firmado termo de aditamento ao presente ACORDO, com o respectivo plano de trabalho.

4.2 - O disposto nesta cláusula não atinge outros acordos e instrumentos firmados entre os PARTÍCIPIES.

4.3 - Os serviços decorrentes do presente Acordo serão prestados em regime de cooperação mútua, não cabendo aos partícipes quaisquer remunerações.

CLÁUSULA 5ª – DOS RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPIES, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo, não sofrerão alteração na sua vinculação nem acarretarão quaisquer ônus ao outro partícipe. As atividades não implicarão cessão de recursos humanos, que poderão ser designados apenas para o desempenho de ação específica prevista no acordo e por prazo determinado.

CLÁUSULA 6ª - DO PLANO DE TRABALHO

6.1 - Para o alcance do objeto pactuado, os PARTÍCIPIES buscarão seguir o plano de trabalho que, independentemente de transcrição, é parte integrante do presente Acordo de

Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2024

Cooperação, bem como toda documentação técnica que dele resulte, cujos dados neles contidos acatam os partícipes.

6.2 - O plano de trabalho do presente ACORDO consta do Anexo A.

CLÁUSULA 7ª - DO SIGILO

7.1 - Os PARTÍCIPIES obrigam-se a tratar de forma sigilosa todos os dados e/ou informações, inclusive aquelas que possam ser utilizadas no mercado de valores mobiliários, plantas, croquis, desenhos, segredos comerciais, segredos industriais, marcas, criações, especificações técnicas e comerciais, ou informações que possam afetar a defesa e a segurança nacional, às quais venham a ter acesso por força deste ACORDO, obrigando-se a não permitir que nenhum de seus empregados, servidores, representantes e/ou terceiros, sob sua responsabilidade, façam uso dessas informações sigilosas.

7.2 - Os PARTÍCIPIES se obrigam a exigir de operadores eventualmente contratados as mesmas condições de segurança e sigilo estabelecidas na presente Cláusula, por meio da assinatura de um termo de responsabilidade de sigilo, cuja cópia deverá ser encaminhada ao outro partícipe e será condição precedente para sua análise e aprovação.

7.3 - Obrigam-se, ainda, os PARTÍCIPIES a manter o sigilo sobre quaisquer documentos identificados como de acesso restrito mesmo após o término da vigência dos contratos decorrentes deste ACORDO firmados entre os PARTÍCIPIES e os operadores espaciais privados, com fins comerciais.

7.4 - Em qualquer hipótese de rescisão do presente ACORDO, os PARTÍCIPIES comprometem-se a devolver ou destruir todos os documentos e quaisquer outros meios de armazenagem de informações, sigilosas ou não, que estejam em seu poder, bem como tudo mais que se relacione aos direitos dos PARTÍCIPIES.

7.5 - As informações sigilosas dos interessados em operar em território nacional ficarão hospedadas na infraestrutura de Tecnologia da Informação do PARTÍCIPE coordenador de cada atividade prevista neste ACORDO.

CLÁUSULA 8ª - DO GERENCIAMENTO DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

8.1 - No prazo de 30 dias a contar da celebração do presente acordo, cada partícipe designará formalmente, mediante portaria, preferencialmente servidores públicos civis e/ou militares envolvidos e responsáveis para gerenciar a parceria; zelar por seu fiel cumprimento; coordenar, organizar, articular, acompanhar monitorar e supervisionar as ações que serão tomadas para o cumprimento do ajuste.



Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2024

8.2 - Competirá aos designados a comunicação com o outro partícipe, bem como transmitir e receber solicitações; marcar reuniões, devendo todas as comunicações serem documentadas.

CLÁUSULA 9ª - DA PUBLICIDADE E DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES NA MÍDIA

9.1 - A publicidade decorrente dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, procedentes deste Acordo de Cooperação Técnica deverá possuir caráter educativo, informativo, ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos civis ou militares, nos termos do art. 37, §1º, da Constituição Federal.

9.2 - Os PARTÍCIPIES acordam que nenhuma informação relativa às atividades decorrentes, direta ou indiretamente, deste ACORDO será disponibilizada à mídia ou órgãos de imprensa sem a prévia concordância de ambas as partes.

CLÁUSULA 10ª - DO PRAZO E VIGÊNCIA

10.1 - O presente Acordo tem a vigência de 24 (vinte e quatro) meses, contemplando as FASES DE IMPLANTAÇÃO e a FASE DE OPERAÇÃO.

10.2 - Este Acordo de Cooperação entre os Partícipes, após assinado, entra em vigor na data de sua publicação, na página dos respectivos sítios oficiais na internet.

10.3 - Em caso de prorrogação, deverá ser observado o previsto no art. 107 e seguintes da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

CLÁUSULA 11ª - DA AFERIÇÃO DOS RESULTADOS

Os PARTÍCIPIES poderão, se oportuno, aferir os benefícios e alcance do interesse público obtidos em decorrência do ajuste, mediante a elaboração de relatório conjunto de execução de atividades relativas à parceria, discriminando as ações empreendidas e os objetivos alcançados, no prazo de até 180 dias após o encerramento.

CLÁUSULA 12ª - DAS ALTERAÇÕES

O presente Acordo poderá ser alterado, no todo ou em parte, mediante termo aditivo, desde que mantido o seu objeto.

CLÁUSULA 13ª - DO ENCERRAMENTO

13.1 - O presente acordo de cooperação técnica será extinto:

Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2024

- a) por advento do termo final, sem que os partícipes tenham até então firmado aditivo para renová-lo;
- b) por renúncia de qualquer dos partícipes, se não tiver mais interesse na manutenção da parceria, notificando a outra parte com antecedência mínima de 60 dias;
- c) por consenso dos partícipes antes do advento do termo final de vigência, devendo ser devidamente formalizado; e
- d) por rescisão.

13.2 - Havendo a extinção do ajuste, cada um dos PARTÍCIPES fica responsável pelo cumprimento das obrigações assumidas até a data do encerramento.

13.3 - Se na data da extinção não houver sido alcançado o resultado, as partes entabularão acordo para cumprimento, se possível, de meta ou etapa que possa ter continuidade posteriormente, ainda que de forma unilateral por um dos partícipes.

CLÁUSULA 14ª - DA RESCISÃO

O presente instrumento poderá ser rescindido justificadamente, a qualquer tempo, por qualquer um dos partícipes, mediante comunicação formal, com aviso prévio de, no mínimo, 60 dias, nas seguintes situações:

- a) quando houver o descumprimento de obrigação por um dos partícipes que inviabilize o alcance do resultado do Acordo de Cooperação;
- b) na ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovado, impeditivo da execução do objeto;
- c) a qualquer tempo, pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável;
- d) pelo consenso entre os PARTÍCIPES; e
- e) unilateralmente por um dos PARTÍCIPES, em caso de controvérsia não resolvida, esgotados os modos de solução de conflito previstos neste ACORDO.

CLÁUSULA 15ª - DA RELAÇÃO JURÍDICA

15.1 - Os PARTÍCIPES reconhecem que não têm autoridade ou poder para obrigar, negociar, contratar, assumir débitos ou criar responsabilidades, direta ou indiretamente, em nome do outro, que fuja ao objeto do presente ACORDO, sob qualquer forma ou qualquer propósito.

15.2 - As estipulações contidas no presente ACORDO não poderão ser interpretadas por operadores, empresas, prepostos, empregados, trabalhadores, agentes, representantes ou



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA
DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA E NOVOS NEGÓCIOS

Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2024

terceiros contratados ou admitidos por um dos PARTÍCIPIES, como constitutivas de qualquer relação estatutária, empregatícia, trabalhista ou contratual com o outro partícipe.

CLÁUSULA 16ª - DOCUMENTOS INTEGRANTES

O presente ACORDO rege-se pelas cláusulas e por seu anexo, devidamente rubricados pelos PARTÍCIPIES.

CLÁUSULA 17ª - CASOS OMISSOS E CONTROVÉRSIAS

17.1 - Os casos omissos de natureza técnica e aqueles que se tornarem controvertidos em face das cláusulas ora pactuadas e do plano de trabalho, serão resolvidos por mútuo acordo entre os PARTÍCIPIES.

17.2 - Havendo quaisquer dúvidas ou conflitos quanto ao conteúdo deste ACORDO, os PARTÍCIPIES deverão levar a questão, conflito ou ofensa, por meio de seus coordenadores, para o nível mais alto de direção de sua respectiva entidade, que envidará seus melhores esforços para chegarem a um consenso.

17.3 - Não havendo consenso, o partícipe que se sentir prejudicado poderá levar a controvérsia à Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal, bem como poderá rescindir o presente ACORDO mediante notificação por escrito ao outro partícipe.

CLÁUSULA 18ª - DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Federal de Brasília/DF, com renúncia a qualquer outro, para dirimir as dúvidas e questões oriundas do presente ACORDO que não possam ser resolvidas administrativamente ou por meio da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal.

CLÁUSULA 19ª - DA PUBLICAÇÃO

19.1 - A Agência Espacial Brasileira e o Comando da Aeronáutica deverão publicar o Acordo de Cooperação Técnica na página dos respectivos sítios oficiais na internet.

19.2 - A publicação resumida deste ACORDO no Diário Oficial da União será providenciada pelo EMAER em 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura, conforme o disposto no art. 94, inciso II da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021.

Acordo de Cooperação Técnica nº 01/2024

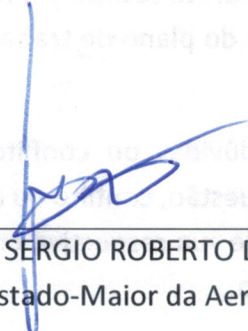
CLÁUSULA 20ª - DA CONCLUSÃO

Os PARTÍCIPIES reconhecem que este ACORDO e seu Anexo foram objeto de discussão, e que todos os seus termos e condições encontram-se plenamente entendidos e aceitos.

E, por estarem, assim, justos e acordados, assinam os PARTÍCIPIES o presente Instrumento, depois de lido e achado conforme, na presença das testemunhas abaixo, dele extraindo-se 03 (três) vias de igual teor, para que produza os efeitos legais.

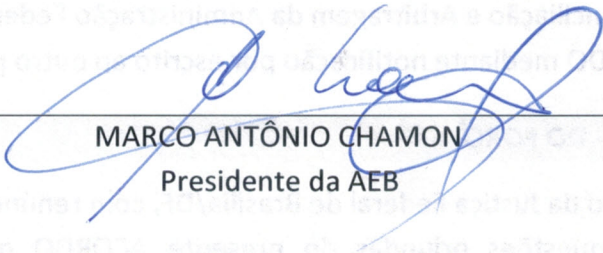
Brasília, 09 de dezembro de 2024

Pelo EMAER




Ten Brig do Ar SERGIO ROBERTO DE ALMEIDA
Chefe do Estado-Maior da Aeronáutica

Pela AEB

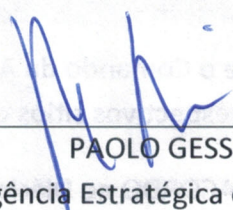


MARCO ANTÔNIO CHAMON
Presidente da AEB

TESTEMUNHAS:



Maj Brig do Ar RODRIGO ALVIM DE OLIVEIRA
Chefe da Terceira Subchefia do EMAER



PAULO GESSINI
Diretor de Inteligência Estratégica e Novos Negócios da AEB

ANEXO A

Plano de Trabalho – Acordo de Cooperação Técnica

1. DADOS CADASTRAIS

PARTÍCIPE 1: AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA

CNPJ: 86.900.545/0001-70

Endereço: Setor Policial, Área 5, quadra 3, Bloco A

Cidade: Brasília **Estado:** DF

CEP: 70610-200

DDD/Fone: (61) 2033-4000

Esfera Administrativa: Federal

Nome do responsável: MARCO ANTÔNIO CHAMON

Cargo/função: Presidente

Cidade: Brasília

Estado: Distrito Federal

PARTÍCIPE 2: COMANDO DA AERONÁUTICA

CNPJ: 00.394.429/0054-12

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco M - 2º, 4º, 5º e 6º andares

Cidade: Brasília

Estado: DF

CEP: 70.045-900

DDD/Fone: (61) 3961-8281

Esfera Administrativa: Federal

Nome do responsável: Tenente-Brigadeiro do Ar SERGIO ROBERTO DE ALMEIDA

Cargo/função: Chefe do Estado-Maior da

Cidade: Brasília **Estado:** DF

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Título: Cooperação entre o COMAER e a AEB na FASE DE IMPLANTAÇÃO e na FASE DE OPERAÇÃO dos centros de lançamento do COMAER para atender operadores espaciais privados, com fins comerciais, a partir do território nacional.

PROCESSO nº: SEI/AEB 01350.001376/2023-29

Data da assinatura: 09/12/2024

Início (mês/ano): 12/2024

Término (mês/ano): 11/2026

Este Plano de Trabalho descreve o processo de cooperação entre o COMAER e a AEB na FASE DE IMPLANTAÇÃO e na FASE DE OPERAÇÃO dos centros de lançamento do COMAER para atender operadores espaciais privados, com fins comerciais, a partir do território nacional, para obter como produto final a celebração de contratos entre o COMAER e operadores privados para atividades de lançamento a partir do território nacional.

3. DIAGNÓSTICO

Em 2020, foi estabelecido o 1º Acordo de Cooperação entre o Comando da Aeronáutica (COMAER) e a Agência Espacial Brasileira (AEB), com o objetivo de identificar as empresas nacionais ou estrangeiras que tenham interesse em realizar operações de lançamentos suborbitais e orbitais empregando os Centros de Lançamento do COMAER.



Alinhados aos objetivos almejados no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE) e às diretrizes Política Nacional de desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE), foram estabelecidos papéis de atuação do COMAER e da AEB em competências para realizar as tratativas com operadores espaciais privados nacionais e estrangeiros interessados em utilizar os bens e serviços para o lançamento de veículos espaciais com fins comerciais a partir dos Centros de Lançamento do COMAER, bem como colaborar com processos de licenciamento e de autorização de lançamento espacial.

Em consecutivo, diante do sucesso estabelecido e orientadas pelo ensejo político ao desenvolvimento do setor espacial brasileiro, é então aspirado a continuação do Acordo de Cooperação, para o prosseguimento das atividades já desenvolvidas entre a AEB e o COMAER, com as devidas adequações à legislação vigente a fim de manter a viabilidade das ações em curso e, conseqüentemente, dar continuidade na FASE DE IMPLANTAÇÃO e na FASE DE OPERAÇÃO.

4. ABRANGÊNCIA

O presente Acordo estabelece como público-alvo o COMAER, AEB e operadores espaciais privados, com fins comerciais, a partir do território nacional, interessados em utilizar os Centros de Lançamento do COMAER, no ensejo de realizar parcerias e unir esforços para o alcance de um objetivo comum, baseado no interesse público, e tendo como fundamento legal a Lei nº 14.133 de 2021 e o Decreto nº 11.531 de 2023.

5. JUSTIFICATIVA

O desenvolvimento do acordo de cooperação entre o COMAER e a AEB visa manter a viabilidade dos trabalhos em andamento e dar continuidade na FASE DE IMPLANTAÇÃO e na FASE DE OPERAÇÃO de lançamentos por operadores espaciais privados, com fins comerciais, a partir do território nacional, dada a possibilidade de expansão das atividades espaciais no Brasil, e em colaboração com as entidades civis e militares.

A formalização fundamentada do acordo entre o COMAER e a AEB encontra-se alinhada às diretrizes e objetivos contidos na Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE) e no Programa Nacional de Atividades Espaciais (PNAE), visando impulsionar o fortalecimento da indústria nacional e fomentar o desenvolvimento/consolidação do setor espacial brasileiro, considerado estratégico para defesa nacional – na Política Nacional de Defesa, na Estratégia Nacional de Defesa e na Política Nacional de Indústria de Defesa.

A Lei nº 8.854/94 (lei de criação da AEB) autoriza a celebração de acordos pela autarquia, nos termos do art. 3º inciso V, transcrito a seguir:

“analisar propostas e firmar acordos e convênios internacionais, em articulação com o Ministério das Relações Exteriores e o Ministério da Ciência e Tecnologia, objetivando a cooperação no campo das atividades espaciais, e acompanhar a sua execução”.

Em suplemento, a lei complementar 97/99, que dispõe sobre a organização, preparo e emprego das Forças Armadas, atribuiu à Aeronáutica, conforme o disposto no art. 18, III e IV, o seguinte:



“contribuir para a formulação e condução da Política Aeroespacial Nacional”, bem como “estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infraestrutura aeroespacial”.

Diante desse cenário, os responsáveis pelas questões espaciais pretendem a cooperação mútua, a fim de definir as atribuições e os processos de trabalho na manutenção/continuidade das atividades de exploração comercial em andamento nos Centros de Lançamento, de modo a propiciar o lançamento a partir do território nacional, objetivando como resultado finalístico, permitir operações de lançamento no setor espacial por empresas nacionais ou estrangeiras com fins comerciais.

Podemos citar ainda que a realização dessas atividades tem o potencial de unir esforços para prover melhorias na infraestrutura dos Centros de Lançamento, capacitação dos recursos humanos e desenvolvimento técnico-operacional dos sistemas de preparação, lançamento e rastreamento.

Essas ações, de interesse recíproco, estimulam o desenvolvimento do mercado aeroespacial, acarretando investimentos em infraestrutura, por meio de construção de prédios e instalações, suscitando demanda por serviços na área espacial no Brasil.

6. OBJETIVOS GERAL e ESPECÍFICO

6.1 - Objetivo Geral

6.1.1. Promover o desenvolvimento das atividades espaciais com fins comerciais no Brasil.

6.2 - Objetivos específicos

6.2.1. Promover o desenvolvimento da infraestrutura de lançamento nacional;

6.2.2. Promover o desenvolvimento do mercado espacial brasileiro.

6.2.3. Indução do desenvolvimento socioeconômico.

6.2.4. Fortalecimento da indústria nacional alinhado ao PNAE e ao PNDAE.

7. METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO

7.1 - A FASE DE IMPLANTAÇÃO E A FASE DE OPERAÇÃO DEVERÃO COMPREENDER:

7.1.1 - Definição da disponibilidade de utilização dos Centros de Lançamento do COMAER:

O EMAER define, por meio do DCTA, a disponibilidade de utilização dos Centros de Lançamento do COMAER.

7.1.2 - Realização de CHAMADA PÚBLICA para utilização dos Centros de Lançamento do COMAER:

O EMAER elabora e realiza, em coordenação com a AEB, a CHAMADA PÚBLICA para utilização dos Centros de Lançamento do COMAER.



7.1.3 - Divulgação dos Centros de Lançamento do COMAER visando captar interessados em operar com fins comerciais nesses Centros Espaciais:

A AEB, em coordenação com o EMAER, divulga os Editais de CHAMADA PÚBLICA.

7.1.4 - Recepção das organizações que tenham interesse de realizar lançamentos com fins comerciais a partir dos Centros de Lançamento do COMAER e realização das tratativas iniciais para o licenciamento:

A AEB, em coordenação com o EMAER, atuará como canal inicial para contato dos interessados em utilizar os Centros de Lançamento do COMAER com fins comerciais, tirando dúvidas e orientando sobre os procedimentos.

7.1.5 - Realização do processo de licenciamento:

A AEB realiza o processo de licenciamento dos operadores espaciais privados interessados em executar suas atividades comerciais por meio da utilização dos Centros de Lançamento do COMAER, emitindo a respectiva Licença de Operador.

7.1.6 - Recebimento das Propostas apresentadas na CHAMADA PÚBLICA:

No âmbito da CHAMADA PÚBLICA, o EMAER receberá as propostas dos interessados em operar comercialmente a partir dos Centros de Lançamento do COMAER.

7.1.7 - Execução do processo de avaliação das propostas:

O EMAER coordena o processo de avaliação das propostas dos operadores espaciais privados, com fins comerciais.

7.1.8 - Definição do(s) operador(es) espaciais privados autorizados para iniciar a fase de negociação contratual:

O EMAER define, dentre os operadores espaciais privados licenciados, os que irão iniciar a fase de negociação contratual, com base no processo de avaliação das propostas apresentadas na CHAMADA PÚBLICA.

7.1.9 - Realização da negociação contratual para a utilização dos Centros de Lançamento do COMAER para fins comerciais:

A partir da definição do(s) operador(es) espaciais privados licenciados, o EMAER inicia as tratativas de negociação contratual com fins comerciais.

7.1.10 - Assinatura do contrato de utilização dos Centros de Lançamento do COMAER por operadores espaciais privados, com fins comerciais:

O EMAER, por meio do DCTA, e o operador espacial privado contratante assinam contrato de utilização de áreas específicas dos Centros de Lançamento do COMAER.

7.1.11 - Emissão de licenças e autorizações:

A AEB emitirá as licenças de operador espacial privado e as autorizações de lançamento para utilização dos Centros de Lançamento do COMAER por parte dos operadores espaciais privados, com fins comerciais.

7.1.12 Definição do valor do seguro para execução de atividades espaciais nos Centros de Lançamento do COMAER por operador espacial privado:



A AEB, conforme normas pertinentes, define o valor do seguro para as atividades espaciais de operadores espaciais privados nos centros de lançamento do COMAER a ser contratado pelos próprios operadores espaciais privados.

7.1.13 - Avaliação e acompanhamento das atividades espaciais nos Centros de Lançamento do COMAER, relativas às atividades de operadores espaciais privados:

A AEB e o EMAER participarão em conjunto no acompanhamento das atividades espaciais com operadores espaciais privados executadas nos Centros de Lançamento do COMAER.

7.2 - O ciclo de atividades, constituído pelas etapas 7.1.1 a 7.1.13, poderá se repetir durante a vigência do presente ACORDO.

7.3 - A FASE DE IMPLANTAÇÃO e a FASE DE OPERAÇÃO terão, juntas, a duração de 24 (vinte e quatro) meses, conforme período de execução previsto no item 2, podendo ser prorrogadas conforme descrito nos termos deste Acordo.

8. UNIDADE RESPONSÁVEL e GESTOR DO ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Unidade Responsável Partícipe 1: AEB

Gestor do Acordo de Cooperação: A ser indicado conforme a cláusula 8.1 deste acordo.

Unidade Responsável Partícipe 2: EMAER

Gestor do Acordo de Cooperação: A ser indicado conforme a cláusula 8.1 deste acordo.

9. RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados deste Acordo de Cooperação Técnica miram o objetivo geral de promover o desenvolvimento da infraestrutura nacional nas bases de lançamento de foguetes no Brasil, por meio do estímulo do mercado de lançadores espaciais, com fins comerciais. Espera-se, ainda, a criação de oportunidades e o crescimento de áreas afins e regiões, a partir do aprimoramento da capacidade de lançamento no território nacional. Almeja-se, também, que outras empresas sejam atraídas para os mercados nacionais e estimulem o desenvolvimento de regiões nacionais e de suas áreas de lançamento.

A longo prazo, no mercado global, espera-se que esse acordo ajude a reduzir disparidades regionais, gerar empregos especializados e fortalecer a indústria espacial brasileira, de forma a trazer autonomia tecnológica e a competitividade internacional no setor espacial.

10. PLANO DE AÇÃO

Conforme itens da seção 7, é descrito o plano de ação.



Fases		Ação	Responsável
1	Fase de Implantação	7.1.1 - Definição da disponibilidade de utilização dos Centros de Lançamento do COMAER para fins comerciais	EMAER/DCTA
		7.1.2 - Realização de CHAMADA PÚBLICA para utilização dos Centros de Lançamento do COMAER para fins comerciais	EMAER
		7.1.3 - Divulgação dos Centros de Lançamento do COMAER visando a captar interessados em operar lançamentos espaciais, com fins comerciais, a partir do território nacional.	AEB e EMAER
		7.1.4 - Recepção das organizações que tenham interesse de realizar lançamentos, com fins comerciais, a partir dos Centros de Lançamento do COMAER e realizar as tratativas iniciais para o licenciamento	AEB e EMAER
		7.1.5 - Realização do processo de licenciamento	AEB
		7.1.6 - Recebimento das Propostas no âmbito da CHAMADA PÚBLICA	EMAER
		7.1.7 - Execução do processo de avaliação das propostas	EMAER/DCTA/AEB
		7.1.8 - Definição do(s) operador(es) espaciais privados, autorizados para iniciar a fase de negociação contratual	EMAER
		7.1.9 - Realização da negociação contratual para a utilização dos Centros de Lançamento do COMAER para fins comerciais	EMAER
		7.1.10 - Assinatura do contrato de utilização dos Centros de Lançamento do COMAER por operadores espaciais privados, com fins comerciais	EMAER
		7.1.11 - Emissão de licenças e autorizações	AEB
		7.1.12 Definição do valor do seguro para execução de atividades espaciais nos Centros de Lançamento do COMAER por operador espacial privado	AEB
2	Fase de Operação	7.1.13 - Avaliação e acompanhamento das atividades espaciais nos Centros de Lançamento do COMAER, relativas às atividades de operadores espaciais privados.	AEB e EMAER



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
AGÊNCIA ESPACIAL BRASILEIRA
DIRETORIA DE INTELIGÊNCIA ESTRATÉGICA E NOVOS NEGÓCIOS

+

li MA P